

HABEAS CORPUS Nº 548.837 - MG (2019/0358108-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RONAN FELICIO E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE MOURA LARA - MG143453
DOUGLAS SILVA ARAUJO JUNIOR - MG166659
RONAN FELICIO - MG168318
LISA FERREIRA - MG166506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCAS RAFAEL BARBOSA VILELA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

LUCAS RAFAEL BARBOSA VILEA alega sofrer constrangimento ilegal coação ilegal, em face de sentença, proferida pelo Juízo da Vara Única de Nepomuceno - MG, na Ação Penal n. 0446.18.002036-9.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, por infração ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. A apelação da defesa está pendente de julgamento.

Requer a defesa a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e a fixação de regime inicial menos gravoso.

Decido.

Verifico, de plano, a incompetência do STJ para apreciar e julgar originariamente a causa, dada a falta de prévia manifestação do Tribunal *a quo*.

A própria impetrante informa que o recurso de apelação está pendente de julgamento. Portanto, a análise, neste momento, da dosimetria da pena configuraria supressão de instância pelo Superior Tribunal de Justiça, em total desprestígio às instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, mostra-se inviável a análise das teses defensivas diretamente por este Superior Tribunal, sob o risco de se incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

[...]

1. Inviável o conhecimento por esta Corte Superior de alegação de constrangimento ilegal praticado por juiz de direito, uma vez que, na forma do art. 105, I, alínea "c" da Carta da República, possui competência para atos emanados de Tribunal sujeito a sua jurisdição.

2. Agravo regimental improvido.

(AgInt no HC n. 418.953/CE, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 12/12/2017)

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**